

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS

1 CONHECIMENTOS GERAIS

1.1 Língua Portuguesa: 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. 3 Domínio da ortografia oficial. 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. 4.2 Emprego de tempos e modos verbais. 5 Domínio da estrutura morfosintática do período. 5.1 Emprego das classes de palavras. 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. 5.4 Emprego dos sinais de pontuação. 5.5 Concordância verbal e nominal. 5.6 Regência verbal e nominal. 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase. 5.8 Colocação dos pronomes átonos. 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto. 6.1 Significação das palavras. 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.

(*) Relação dessa disciplina com as atribuições do cargo: É necessário que o Médico Legista ou o Odontologista tenha domínio da língua portuguesa, pois, no exercício da função, terá que elaborar, analisar, interpretar e avaliar atividades da perícia criminal.

1.2 Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do estado de Goiás e do Brasil: 1. Formação econômica de Goiás: a mineração no século 18, a agropecuária nos séculos 19 e 20, a estrada de ferro e a modernização da economia goiana, as transformações econômicas com a construção de Goiânia e de Brasília, industrialização, infraestrutura e planejamento. 2. Modernização da agricultura e urbanização do território goiano. 3. A população goiana: povoamento, movimentos migratórios e densidade demográfica. 4. Economia goiana: industrialização e infraestrutura de transportes e comunicação. 5. As regiões goianas e as desigualdades regionais. 6. Aspectos físicos do território goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo. 7. Aspectos da história política de Goiás: a independência em Goiás, o coronelismo na República Velha, as oligarquias, a Revolução de 1930, a administração política de 1930 até os dias atuais. 8 Aspectos da história social de Goiás: o povoamento branco, os grupos indígenas, a escravidão e a cultura negra, os movimentos sociais no campo e a cultura popular. 9. Atualidades econômicas, políticas e sociais do Brasil, especialmente do Estado de Goiás.

(*) Relação dessa disciplina com as atribuições do cargo: Além de cumprir a exigência prevista na Lei Estadual nº 14.911/2004, o Médico Legista ou o Odontologista poderá exercer sua função em todo o território goiano, sendo, portanto, necessário conhecimento acerca da realidade econômica, política e social do Estado, de modo a adequar suas práticas ao contexto local.

1.3 Noções de Direito Administrativo: 1. Estado, governo e Administração Pública: conceitos, elementos, poderes, organização, natureza, fins e princípios. 2. Organização administrativa do Estado: administração direta e indireta. 3. Agentes públicos: espécies e classificação, poderes, deveres e prerrogativas, cargo, emprego e funções públicas. 3.1 Regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Goiás (Lei Estadual nº 20.576/2020). 3.2 Sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992). 4. Lei de licitações e contratos administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021). 5. Poderes administrativos: poderes hierárquico, disciplinar e regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder. 6. Atos administrativos: conceitos, requisitos, atributos, classificação, espécies e invalidação. 7. Controle e responsabilização da Administração: controles administrativo, judicial e legislativo; responsabilidade civil do Estado.

(*) Relação dessa disciplina com as atribuições do cargo: o Direito Administrativo é responsável pela regulamentação da atividade administrativa do Estado, e o conhecimento acerca dessa disciplina é essencial a todo ocupante de cargo público. O Médico Legista ou o Odontologista, como agente público, executará cotidianamente atos administrativos e deverá conhecer os poderes administrativos, o poder de polícia e suas características, as situações de uso e abuso do poder, a responsabilidade civil do Estado, o poder disciplinar, o conceito de bens públicos e a gestão de contratos e convênios, entre outros conceitos intimamente relacionados com as atividades desenvolvidas pelos agentes da Administração Pública.

1.4 Noções de Direito Penal: 1. Princípios constitucionais aplicáveis ao Direito Penal. 2. A lei penal no tempo e no espaço; tempo e lugar do crime; lei penal excepcional, especial e temporária; territorialidade e extraterritorialidade da lei penal; interpretação da lei penal; analogia; irretroatividade da lei penal; conflito aparente de normas penais. 3. Infração penal: elementos, espécies, sujeito ativo e sujeito passivo. 4. O fato típico e seus elementos: crime consumado e tentado; pena de tentativa; concurso de crimes; ilicitude e causas de exclusão; culpabilidade (elementos e causas de exclusão). 5. Imputabilidade penal. 6. Concurso de pessoas. 7. Crimes: crimes contra a pessoa; crimes contra o patrimônio; crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos; crimes contra a dignidade sexual; crimes contra a incolumidade pública; crimes contra a fé pública; crimes contra a administração pública.

(*) Relação dessa disciplina com as atribuições do cargo: O Direito Penal é responsável pela regulamentação dos ilícitos penais, sendo o seu conhecimento de extrema necessidade ao desenvolvimento das atribuições Médico Legista ou do Odontologista.

1.5 Noções de Direito Processual Penal: 1. Princípios. 2. Inquérito policial: histórico; natureza; conceito; finalidade; características;

fundamento; titularidade; grau de cognição; valor probatório; formas de instauração; *notitia criminis*; *delatio criminis*; procedimentos investigativos; indiciamento; garantias do investigado; conclusão; prazos. 3. Prova: exame de corpo de delito, da cadeia de custódia e das perícias em geral; interrogatório do acusado; da confissão; do ofendido; das testemunhas; do reconhecimento de pessoas e de coisas; da acareação; dos documentos; indícios; da busca e apreensão. 4. Restrição de liberdade: prisão em flagrante; prisão preventiva; prisão temporária (Lei Federal nº 7.960/1989).

(*) Relação dessa disciplina com as atribuições do cargo: o Direito Processual Penal é o ramo do direito público dedicado ao estudo da aplicação jurisdicional do direito penal, sistematizando os órgãos relacionados e seus respectivos auxiliares. A matéria processual tem como objetivo trazer a matéria penal da mera abstração à realidade, dando as ferramentas necessárias para que o Direito Penal possa ser aplicado. Assim, essa disciplina se relaciona com as atribuições do Médico Legista ou do Odontologista.

1.6 Legislação especial: 1. Lei Federal nº 13.675/2018, que disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela Segurança Pública, cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). 2. Lei Federal nº 13.869/2019, que dispõe acerca dos crimes de abuso de autoridade. 3. Lei Federal nº 9.455/1997, que define os crimes de tortura. 4. Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). 5. Lei Federal nº 8.072/1990 (Lei dos Crimes Hediondos). 6. Crimes de Trânsito (arts. 291 a 312-B da Lei Federal nº 9.503/1997). 7. Lei Federal nº 12.030/2009, que dispõe acerca das perícias oficiais e dá outras providências. 8. Bancos de Perfis Genéticos (Lei Federal nº 12.654/2012 e Lei Federal nº 13.964/2019).

* Relação dessa disciplina com as atribuições do cargo: desempenhar as suas atribuições com profissionalismo e respeito aos direitos e à dignidade humana é um grande desafio para essa função, por isso é importante que o servidor tenha pleno conhecimento de todos os direitos das pessoas que estarão sob a sua responsabilidade.

2 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

2.1 Conhecimentos específicos comuns (códigos 201,202,203 e 301): 1.Noções de Criminalística: 1.1 Noções e princípios da Criminalística. 2. Tipos de Provas: prova confessional, prova testemunhal, prova documental e prova pericial. 3. Corpo de delito. 4. Documentos criminalísticos: auto, laudo pericial, parecer criminalístico. 5. Finalidade da criminalística: constatação do fato, verificação dos meios e dos modos e possível indicação da autoria.

*Relação dessa disciplina com as atribuições do cargo: Os postulantes aos cargos de Médico Legista e Odontologista pretendem assumir carreira policial no estado de Goiás e, dessa forma, é imprescindível que tenham conhecimentos básicos de criminalística, a fim de garantir a excelência e para que desenvolvam as habilidades e competências previstas, conforme atribuições do cargo.

2.2 Conhecimentos Específicos para Médico Legista de 3ª Classe – Generalista (código 201): 1 Introdução à medicina legal: conceito, definição, perícia e peritos; documentos médico legais, atestado médico, declaração de óbito. 2 Traumatologia forense: lesões e morte por ação contundente, estudo médico legal dos traumatismos crânio- encefálicos, lesões e mortes por armas brancas, lesões e mortes por instrumentos perfuro- contundentes, armas de fogo, lesões e mortes por ação térmica, lesões e mortes por ação elétrica; lesões e morte por ação química (cáusticos, venenos, noções de toxicologia forense). 3. Asfixiologia forense: conceito e classificação das asfixias, asfixias por modificações do meio ambiente, asfixias por constrição cervical (enforcamento, estrangulamento, esganadura), asfixias por sufocação. 4 Tanatologia forense: conceituação da morte, causa jurídica da morte, diagnóstico da realidade da morte, fenômenos abióticos, lesões *post mortem*, fenômenos transformativos, estimativa do tempo de morte. 5 Morte súbita do lactente. 6 Síndrome da criança espancada, síndrome do bebê sacudido. 7 Sexologia forense: estupro, estupro de vulnerável, importunação sexual (legislação); exame médico-pericial da genitália externa (masculina e feminina) e da região anal; coleta de material para pesquisa de sêmen e DNA. 8 Antropologia forense: identidade, identificação, determinação da idade, sinais individuais. 9 Quantificação do dano – Lesões Corporais. 10 Causas jurídicas da morte: suicídio, homicídio, morte acidental. 11 Morte suspeita. 12 Morte súbita, morte agônica, sobrevivência. 13 Necropsia branca, necropsia clínica, necropsia médico legal. 14 Aborto em medicina legal. 15 Gravidez, parto e puerpério: aspectos médico-legais. 16 Infanticídio: conceito e elementos do crime, diagnóstico das causas de morte perinatal (naturais e violentas), provas de vida durante o parto e extra- uterinas. 17 Exame de embriaguez: fases da embriaguez, tolerância ao álcool, metabolismo do álcool etílico, pesquisa bioquímica do álcool, dosagem de álcool no cadáver, avaliação dos resultados, recusa a submeter-se a exame e formas de embriaguez.

*Relação dessa disciplina com as atribuições do cargo: Os conteúdos fazem parte da formação básica do médico legista e, dessa forma, faz-se necessário o conhecimento desses saberes aos postulantes ao cargo, a fim de garantir a excelência e para que desenvolvam as habilidades e competências previstas, conforme atribuições do cargo.

2.3 Conhecimentos Específicos para Médico Legista de 3ª Classe – Anatomia Patológica (código 202): 1 Introdução à medicina legal: conceito, definição, perícia e peritos; documentos médico legais, atestado médico, declaração de óbito. 2 Traumatologia forense: lesões e morte por ação contundente, estudo médico legal dos traumatismos crânio- encefálicos, lesões e mortes por armas brancas, lesões e mortes por instrumentos perfuro- contundentes, armas de fogo, lesões e mortes por ação térmica, lesões

e mortes por ação elétrica; lesões e morte por ação química (cáusticos, venenos, noções de toxicologia forense). Asfixiologia forense: conceito e classificação das asfixias, asfixias por modificações do meio ambiente, asfixias por constrição cervical (enforcamento, estrangulamento, esganadura), asfixias por sufocação. 4 Tanatologia forense: conceituação da morte, causa jurídica da morte, diagnóstico da realidade da morte, fenômenos abióticos, lesões *post mortem*, fenômenos transformativos, estimativa do tempo de morte. 5 Morte súbita do lactente. 6 Síndrome da criança espancada, síndrome do bebê sacudido. 7 Sexologia forense: estupro, estupro de vulnerável, importunação sexual (legislação); exame médico-pericial da genitália externa (masculina e feminina) e da região anal; coleta de material para pesquisa de sêmen e DNA. 8 Introdução à patologia, definição de lesões celulares. 9 Causas e mecanismos de lesão celular. 10 Adaptações, acúmulos intracelulares e envelhecimento celular. 11 Inflamação aguda e crônica. 12 Distúrbios da circulação: hemostasia, edema, hiperemia, hemorragia, isquemia, infarto, trombose, embolia e choque. 13 Doenças infecciosas: categorias de agentes infecciosos, infecções respiratórias, infecções gastrointestinais, infecções na infância e adolescência. 14 Doenças da lactância e segunda infância: malformações congênitas, infecções perinatais, síndrome da angústia respiratória neonatal, síndrome da morte súbita do lactente. 15 principais doenças (não neoplásicas) dos órgãos: vasos sanguíneos, coração, pulmões, pâncreas, adrenais, rins, trato gastrointestinal, sistema nervoso central.

*Relação dessa disciplina com as atribuições do cargo: Os conteúdos fazem parte da formação básica do Médico Legista com especialização em patologia e, desta forma, faz-se necessário o conhecimento desses saberes aos postulantes ao cargo, a fim de garantir a excelência e para que desenvolvam as habilidades e competências previstas, conforme atribuições do cargo.

2.4 Conhecimentos Específicos para Médico Legista de 3ª Classe – Psiquiatra (código 203): 1 Introdução à medicina legal: conceito, definição, perícia e peritos; documentos médico legais, atestado médico, declaração de óbito. 2 Traumatologia forense: lesões e morte por ação contundente, estudo médico legal dos traumatismos crânio-encefálicos, lesões e mortes por armas brancas, lesões e mortes por instrumentos perfuro-contundentes, armas de fogo, lesões e mortes por ação térmica, lesões e mortes por ação elétrica; lesões e morte por ação química (cáusticos, venenos, noções de toxicologia forense). 3. Asfixiologia forense: conceito e classificação das asfixias, asfixias por modificações do meio ambiente, asfixias por constrição cervical (enforcamento, estrangulamento, esganadura), asfixias por sufocação. 4 Tanatologia forense: conceituação da morte, causa jurídica da morte, diagnóstico da realidade da morte, fenômenos abióticos, lesões *post mortem*, fenômenos transformativos, estimativa do tempo de morte. 5 Morte súbita do lactente. 6 Síndrome da criança espancada, síndrome do bebê sacudido. 7 Sexologia forense: estupro, estupro de vulnerável, importunação sexual (legislação); exame médico-pericial da genitália externa (masculina e feminina) e da região anal; coleta de material para pesquisa de sêmen e DNA. 8 Classificação das doenças mentais. 9 Anamnese e entrevista psiquiátrica no âmbito pericial. 10 Perícias psiquiátricas em matéria criminal. 11 Estudo médico-legal da imputabilidade e da responsabilidade penal. 12 Estudo médico-legal da capacidade civil. 13 Estudo médico-legal do alcoolismo e da dependência química. 14 Transtornos de personalidade. 15 Transtornos delirantes. 16 Simulação. Comportamento criminoso.

*Relação dessa disciplina com as atribuições do cargo: Os conteúdos fazem parte da formação básica do Médico Legista com especialização em psiquiatria e, desta forma, faz-se necessário o conhecimento desses saberes aos postulantes ao cargo, a fim de garantir a excelência e para que desenvolvam as habilidades e competências previstas, conforme atribuições do cargo.

2.5 Conhecimentos Específicos para Odontologista de 3ª Classe (código 302): 1 Odontologia Legal no Brasil e aspectos históricos. 2 Exercício lícito e ilícito da Odontologia. 2.1 Lei no 5.081/1966. 2.2 Resoluções CFO no 176/2016, no 196/2019, no 198/2019, no 230/2020. 2.3 Código Penal: art. 282 (interpretação e aplicação). 3 Código de Ética Odontológica e Código de Processo Ético Odontológico. 4 Perícia odontológica nos foros civil, penal, trabalhista, ético e administrativo. 5 Documentos medicolegais e odontolegais. 5.1 Relatórios, autos e laudos. 5.2 Pareceres. 5.3 Atestados. 5.4 Notificação compulsória. 6 Traumatologia forense. 6.1 Conceitos fundamentais. 6.2 Lesões causadas por instrumentos perfurantes, cortantes, contundentes, cortocontundentes, perfurocontundentes, perfurocortantes. 6.3 Agentes físicos não-mecânicos: lesões causadas por temperatura, eletricidade, pressão atmosférica, explosões, energias ionizantes e não-ionizantes. 6.4 Asfixiologia: enforcamento, estrangulamento, esganadura, sufocação, soterramento, afogamento, confinamento e gases inertes. 6.5 Balística forense. 7 Tanatologia forense. 7.1 Conceitos fundamentais. 7.2 Perinecropsia. 7.3 Sinais de morte, lesões vitais, perimortem e pós-mortais. 7.4 Cronotanatognose e alterações cadavéricas. 7.5 Tafonomia. 7.6 Necropsia bucal. 7.7 Dentes rosados. 8 Identidade e identificação humana. 9 Antropologia forense. 9.1 Conceitos fundamentais. 9.2 Exumações em sepulturas regulares ou clandestinas; técnicas de escavação em sepulturas coletivas (valas comuns). 9.3 Corpos esqueletizados: métodos/técnicas para investigação da espécie, determinação/estimativa do sexo, da idade, da estatura e ancestralidade com finalidade forense. 9.4 Arqueologia forense. 10 Estimativa de idade por meio do estudo dos dentes. 11 Reconstrução facial forense. 12 Perícias em marcas de mordidas. 12.1 Padrões e Diretrizes para Avaliação de Marcas de Mordida da American Board Of Forensic Odontology (ABFO), 2018. 13 Radiologia forense: utilização de exames de imagem na identificação odontológica e antropológica. 14 Desastres em massa. 14.1 Conceituação e classificação. 14.2 Planos de contingência. 14.3 Importância da odontologia nos desastres em massa. 14.4 Protocolos de identificação de vítimas de desastres. 14.5 Disaster Victim Identification Guide (DVI Guide) da Interpol, 2918. 15 Papiloscopia. 16 Lesões corporais. 16.1 Código Penal: art.129 (conceitos e interpretação). 16.2 Perícias odontológicas das lesões do aparelho estomatognático (DPVAT, agressão, alegação de erro odontológico, etc). 16.3 Traumatismo bucomaxilofacial e dentoalveolar. 16.4 Avaliação do dano em odontologia: funcional e estético. 17. Noções de genética forense. 17.1 Técnica de PCR. 17.2 Técnicas de identificação utilizando o DNA. 17.3 Técnicas de coleta e armazenamento de vestígios biológicos. 17.4 Banco de perfis genéticos. 18 Análise facial forense. 18.1 Métodos e técnicas para análise facial – parâmetros do Facial Identification

Scientific Working Group (FISWG). 19 Perícia em casos de pornografia infanto-juvenil. 19.1 Lei no 8.069/1990: dos crimes praticados contra a criança e o adolescente (art. de 225 a 244). 19.2 Estimativa da idade pela análise facial. 20 Crimes de consumo em Odontologia. 20.1 Lei no 8.078/1990: das Infrações penais (art. de 61 a 80). 21 Documentação odontológica: composição, estrutura e importância legal. 21.1 Lei no 13.787/2018. 22 Localização e Identificação de Desaparecidos: Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (Sinalid) e Programas de Localização e Identificação de Desaparecidos (PLID) Goiás.

*Relação dessa disciplina com as atribuições do cargo: Os conteúdos fazem parte da formação básica do odontologista e, dessa forma, faz-se necessário o conhecimento desses saberes aos postulantes ao cargo, a fim de garantir a excelência e para que desenvolvam as habilidades e competências previstas, conforme atribuições do cargo.